



CONQUISTAS

Capacitação avança: liberação de pelo menos 8 horas para TA que faz pós-graduação

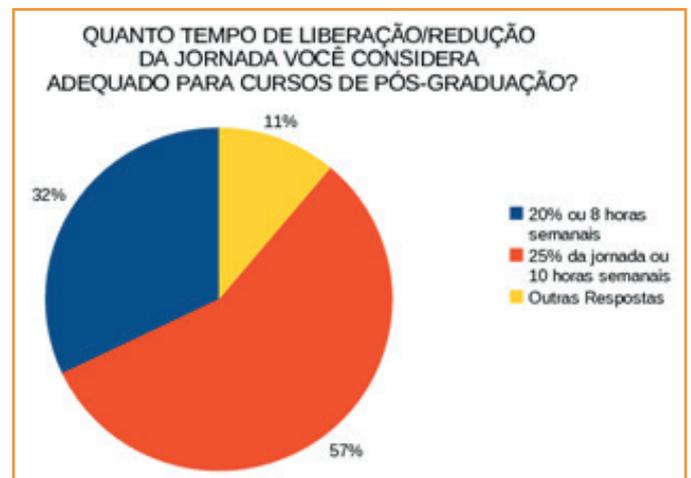
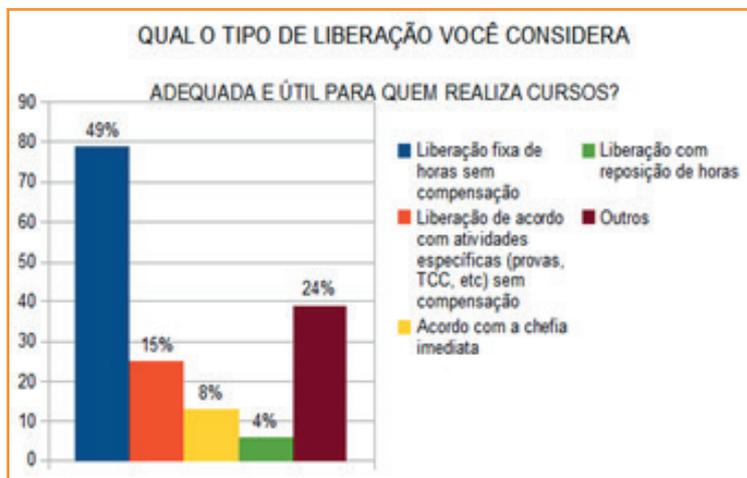
A busca de uma política adequada de capacitação e qualificação para os técnicos da UFABC é pauta antiga do SinTUFABC. Durante a greve de 2012 foi conquistada a CCQP (Comissão de Capacitação e Qualificação de Pessoal) e desde então alguns avanços foram obtidos, como o curso de pós-graduação em Gestão Pública voltado à categoria (uma compensação de horas por conquista do Sindicato) e sequencialmente os cursos de idiomas também não precisaram mais ser compensados.

Além dessas conquistas, também conseguimos o curso de idiomas voltados aos funcionários terceirizados, pauta de nossa greve deste ano.

Recentemente (no mês de outubro de 2014), o SinTUFABC realizou uma pesquisa sobre o estabelecimento de uma política de liberação para servidores TAs que estudam. Esta pesquisa veio junto à uma inquietação da categoria, que chegou a manifestar sua insatisfação com a demora de uma posição mais efetiva da reitoria para o

tema por meio de um abaixo-assinado. Os resultados da pesquisa refletiram esta insatisfação e grande parte dos TAs preferem a política de liberação fixa de horas da jornada para os estudos sem necessidade de compensação, já que a dependência de acordos com a chefia se torna um critério excessivamente subjetivo.

Além deste dado, observou-se que mais da metade dos pesquisados afirma que a opção ideal seria uma liberação de 10 horas semanais.



Em negociação do SinTUFABC com a SUGEP, foi elaborada uma política de liberação voltada aos TAs que estudam pós-graduação em um primeiro momento. Os técnicos que cursam graduação serão contemplados por uma política que se seguirá a esta, em nova negociação. Já conquistamos liberação de horas durante seis meses para quem está fazendo estágio. A nova portaria está em fase de finalização, mas a negociação encaminhou-se para o fechamento ainda neste ano. Os TAs que fazem cursos de pós-graduação terão libe-

ração de pelo menos 20% ou 8 horas semanais sem compensação da carga de trabalho. Estamos lutando para que a liberação seja de 25% ou 10 horas semanais e aguardamos a resposta do reitor prometida para breve. Dentro dessa porcentagem, haverá também a possibilidade de liberação para servidores que fazem cursos de capacitação.

Acreditamos que este avanço é importante, mas não suficiente. A UTFPR, por exemplo, aprovou em outubro uma portaria que possibilita liberação de 50% da carga horária (20

horas) dos TAs que estudam pós-graduação strictu sensu.

Capacitar-se faz parte do desenvolvimento profissional e pessoal de qualquer cidadão e, no caso dos TAs, integra seu plano de carreira, sendo essencial, por este motivo, que exista uma política institucional de capacitação. Neste sentido, o SinTUFABC comemora este avanço para a categoria, mas permanece lutando por melhorias, como uma política voltada aos TAs que cursam graduação (próximo ponto da negociação) e a ampliação do oferecimento de cursos para os técnicos da UFABC.

Entrevista com Ruy Braga, professor do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras, Ciências Humanas e Filosofia da USP



Eleições 2014 e a universidade

1. Como você analisa o período eleitoral no Brasil? Você acredita que houve uma polarização na sociedade? Isso é positivo ou negativo?

As candidaturas da Dilma, do Aécio e da Marina expressam um programa fundamentalmente capitalista, num sentido neoliberal. Mantêm as bases do neoliberalismo no país. Então há uma polarização político-eleitoral, o que é mais ou menos natural. Seja no primeiro turno com a desconstrução da candidatura da Marina Silva, seja no segundo turno com o crescimento da candidatura do Aécio e com

o risco de o PT perder a reeleição. Mas a rigor não há uma polarização de projetos. Basta ver agora, a Dilma foi à televisão dizer que não iria subir as taxas de juros. E fez uma campanha desconstruindo o Aécio sobre as críticas ao Armínio Fraga. A primeira coisa que ela faz depois de ganhar a eleição foi aumentar a taxa de juros. Entre os nomes pra ocupar o cargo de Ministro da Fazenda o mais provável é

que seja o Luiz Carlos Trabuco, presidente do Bradesco. Henrique Meirelles, ex-presidente do Banco Central é ex-senador pelo PSDB. Então, você tem de fato o mesmo projeto, que não vai ser radicalmente modificado em minha opinião. Ao contrário, será um segundo mandato bastante focado na economia, nessa discussão sobre taxa de juros, lucro, concessões aos capitalistas e assim por diante.

2. Como você vê o governo nos próximos anos no Brasil, levando em conta que temos um Congresso ainda mais conservador?

É importante dizer que o Congresso está mais conservador por conta do PT, ou seja, o PT fez concessões à bancada ruralista, à bancada evangélica e essas bancadas crescem. As concessões que foram feitas tiveram seu efeito, ou seja, apesar de a composição ser mais conservadora a base governista aumentou. Os partidos que são aliados ao governo federal em termo de parlamentares au-

mentou. Então não há contradição, ou seja, isso só configura o que, na minha opinião, será de fato a marca desse segundo mandato da Dilma, fundamentalmente marcado pela tentativa de fazer a economia crescer a qualquer custo. Não importa quais serão os meios. Eu acho que deve vir aí um ajuste bastante sério em termos de preços controlados nos principais insumos da economia,

petróleo e energia elétrica e isso no próximo período vai elevar ainda mais a taxa de juro e manter a inflação sobre controle. Isso tende a ter efeitos recessivos e esses efeitos tendem a deteriorar o mercado de trabalho, tendem a criar mais desemprego tendem a levar esse governo a uma posição mais conservadora, mais à direita inclusive do que já foi o primeiro.

3. Em relação às universidades públicas, quais são os principais desafios daqui pra frente?

Do ponto de vista das universidades federais deve se consolidar o modelo atual, as políticas de expansão, só que de forma precária. Muitos cursos que foram criados precisam urgentemente não apenas de investimentos de infraestrutura, mas também de recursos humanos: salários, professores, ou seja, ou se consolida efetivamente esses cursos seja nos níveis de graduação ou

pós-graduação ou você tem um projeto incompleto. Do ponto de vista das estaduais é a questão da crise financeira, ou seja, temos aí pra frente um horizonte longo de lutas e batalhas que fundamentalmente apontam para um aumento no investimento do governo do estado em educação e no curso superior. Então, a lógica da radicalização deve predominar. As direções das es-

taduais sendo mais radicais na sua intransigência em relação à aplicação de cortes e políticas de austeridade e a lógica do movimento sindical de resistir a isso, de não concordar com esse tipo de política. Então, acredito que se não houver um aumento nos investimentos tanto em nível federal quanto estadual a tendência é que haja uma aceleração destes conflitos.